

1

Plenário aceita nomes indicados para o Cade

Os nomes de cinco integrantes do Conselho de Defesa Econômica foram aprovados ontem, por unanimidade, pelo plenário do Senado. Eles foram indicados pelo presidente da República. **Página 8**

2

Diferença entre teto e piso salariais pode cair

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania fixa em no máximo 20 vezes a diferença entre o menor e o maior salário dos servidores públicos federais. **Página 5**

Serviço civil e direito à moradia aprovados em segundo turno

Isentos e dispensados da atividade militar ficam obrigados à nova modalidade de serviço. A outra mudança constitucional impõe a governos a definição de recursos permanentes para habitação. Propostas ainda serão apreciadas pela Câmara

Aeroporto terá o nome de Luís Eduardo

O senador Bernardo Cabral informou ao plenário que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou, por unanimidade, projeto de lei da Câmara que dá o nome do deputado Luís Eduardo Magalhães ao Aeroporto Internacional de Salvador. Vários senadores destacaram a importância da homenagem e pediram a inclusão da proposta na Ordem do Dia de hoje. **Página 5**

Plenário decidiu por unanimidade em favor das duas emendas constitucionais



O Senado aprovou ontem em segundo e último turno duas emendas constitucionais, que agora serão enviadas à Câmara dos Deputados. A primeira delas, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães, institui o serviço civil obrigatório para os isentos, dispensados de incorporação e aqueles que alegarem imperativo de consciência para se eximir de atividade militar. A segunda emenda constitucional, de autoria do senador Mauro Miranda, inclui a moradia entre os direitos sociais amparados pela Constituição. Ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade. **Página 3**

Anistia pode beneficiar petroleiros

Projeto dispensa sindicatos e federação de multa diária de R\$ 100 mil aplicada na greve de 95. **Página 3**

Senador Ernandes Amorim participa do início dos trabalhos, determinados a partir de suas denúncias de irregularidades no estado

Subcomissão fiscaliza uso de verbas federais em Rondônia

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) participa hoje, em Rondônia, do início das atividades da subcomissão que vai fiscalizar a utilização das verbas federais pelo governo do estado. O senador irá acompanhado por quatro consultores do Senado Federal e um consultor do Tribunal de Contas da União.

Amorim lembrou que a subcomissão foi criada pela Comissão de Fiscalização e Controle a partir de suas denúncias de irregularidades na aplicação de verbas no estado. Também participaram das investigações outros seis senadores e quatro técnicos do Tribunal de Contas do estado.



Amorim acredita na comprovação de que as verbas estão sendo mal utilizadas

As atividades a serem fiscalizadas, de acordo com Amorim, são as obras nas rodovias BR-421, BR-429, BR-179 e em dois trechos da BR-364. A inspeção analisará também as verbas destinadas à alimentação escolar e a crianças carentes no estado. O senador afirmou que serão

investigadas, ainda, as obras do hospital de Cacoal.

— Logo após recebermos os levantamentos feitos pelos consultores, no dia 2, nós, os senadores, vamos visitar as obras e filmá-las a fim de trazer para o Senado os resultados finais dessas denúncias — adiantou.

Agenda

PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

- 10h30 - Recebe Raúl Cubas Grau, presidente eleito do Paraguai
11h - Preside sessão deliberativa extraordinária do Senado
15h30 - Despacho Interno

PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa extraordinária
Pauta: "Projeto de Resolução nº 56/98, que autoriza o estado de Minas Gerais a contratar operação de refinanciamento de dívidas mobiliária e contratual do estado, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 11.827.540.208,92; "Projeto de Resolução nº 57, que autoriza o estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 4.344.336.000,00; Terceiro dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997; 9, 12, 13 e 14, de 1998, que dispõem sobre a imunidade parlamentar; "PDL nº 2/98, que aprova o texto do acordo sobre a construção e utilização de um prédio para ampliação das instalações da embaixada do Brasil em Luanda e para a habitação dos funcionários diplomáticos, técnicos e administrativos, celebrado entre o Brasil e o governo da República Popular de Angola; "PDL nº 10/98, que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo; "PDL nº 16/98, que aprova o texto modificativo ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento; "Projeto de Resolução nº

25/97, que altera a denominação e a estrutura da Consultoria de Orçamento; "Redação final do PLS nº 142/95, que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - Pepe; "Redação final do Projeto de Resolução nº 28/98, que autoriza o estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de refinanciamento de sua dívida, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; "Requerimento nº 276/98, de autoria do senador José Eduardo Dutra, solicitando que o Projeto de Resolução nº 161/97, que modifica o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em Comissão de Assuntos Regionais, Infra-Estrutura e Meio Ambiente, seja encaminhado à comissão especial destinada a elaborar e apresentar projeto de resolução reformando o Regimento Interno; e "Requerimento nº 287/98, de autoria do senador Ramez Tebet, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 7 e 8, de 1998, com as de nºs 15, 45, 49 e 51, de 1996, por versarem sobre idade de imputabilidade penal

COMISSÃO

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação do PLC nº 19/98, que altera o percentual de diferença entre a remuneração dos cargos de ministro do Superior Tribunal de Justiça e dos juizes da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

Das 9h às 16h - Segundo e último dia dos trabalhos do IV Encontro do Parlamento Cultural do Mercosul. Auditório do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados

Benedita é contra a redução da idade penal

Ao reconhecer que as quadrilhas de traficantes de drogas empregam menores de 18 anos porque eles não podem ser presos, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou ontem que a diminuição da idade para imputação penal não resultará no fim dessa prática. "O crime organizado passará a utilizar crianças ainda mais jovens", previu.

Para Benedita, punir menores de 18 anos com penas de prisão resultará em infratores ainda mais violentos, depois de passarem pela "tétrica experiência" das penitenciárias. "Desde o Código Penal de 1940, o limite de idade para responsabilização civil e penal é de 18 anos. Há projetos no Congresso propondo a diminuição dessa idade para 16 e até 12 anos, mas não acredito que venham a ser aprovados. Até mesmo o governo federal é contra", salientou.

Benedita usou a tribuna para responder a um telespectador da TV Senado, Mariano Zatoli Filho, de Seropédica (RJ), que propôs baixar a idade de imputação penal para 12 anos, argumentando que ela, ao defender o limite de 18 anos, estaria protegendo bandidos das favelas cariocas. "O crime organizado não acaba no Rio de Janeiro principalmente em função da convivência da polícia e das elites cariocas", enfatizou a senadora.

— Os fatos deploráveis envolvendo crimes e crianças no Brasil chamam muito a atenção, mas as estatísticas policiais mostram que



Benedita: rede de solidariedade

menos de 8% dos crimes no país são cometidos por menores de 18 anos e, assim mesmo, são pequenos furtos, sem violência. Não é verdade que o Estatuto da Criança e do Adolescente isente os menores de punição. Há penas que variam de advertência e prestação de serviços comunitários até a internação em estabelecimentos especiais — informou.

Reconhecendo que a violência está aumentando entre os jovens, Benedita da Silva refutou a ideia de que "delinqüência é coisa de criança pobre", e afirmou estar a violência juvenil também aumentando entre as classes média e alta. "É evidente que a miséria e a exclusão social são fatores importantes que levam crianças e adolescentes à transgressão, mas uma rede de solidariedade e integração sempre dará resultados melhores e mais duradouros do que iniciativas repressoras", frisou a senadora.

Plenário vota solução para dívidas de Minas

O plenário vota hoje projeto de resolução que autoriza a União a assumir dívidas do governo de Minas Gerais, no valor de R\$ 11,8 bilhões, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. São dívidas contratadas no mercado mobiliário e to-

madas junto a bancos.

Ainda na sessão de hoje, marcada para as 10h, deverão ser votados em plenário acordos internacionais firmados pelo governo e a redação final do projeto que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciêl da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Proposta a ser enviada à Câmara impõe obrigação aos isentos, aos dispensados de incorporação e àqueles que alegarem imperativo de consciência para se eximir de atividade do serviço militar

Serviço civil é aprovado em segundo turno

Por unanimidade (57 votos a favor e nenhum contra), o plenário do Senado aprovou ontem, em segundo e último turno, a proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que cria o serviço civil obrigatório, a ser cumprido por jovens isentos ou dispensados do serviço militar. A proposta agora será enviada à Câmara dos Deputados, para apreciação em dois turnos.

A proposta determina que serão obrigadas a cumprir o serviço civil as pessoas que se recusarem a fazer o serviço militar sob a alegação de crença religiosa ou convicção filosófica ou política. Uma lei terá de regulamentar o novo serviço e, conforme o projeto aprovado, as mulheres e os religiosos poderão ser convocados para o serviço civil, que será prestado em escolas, entidades sociais, enfermarias de hospitais, prefeituras, serviços comunitários ou na burocracia militar.

CIDADANIA

Em sua justificativa, o senador Antonio Carlos Magalhães diz que propôs o serviço civil no capítulo da Constituição que trata das Forças Armadas porque o recrutamento poderá aproveitar os atuais mecanismos de convocação do Exército, Marinha e Aeronáutica.

— O serviço civil obrigatório será importante para desenvolver nos jovens a noção de cidadania — afirmou o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Romeu Tuma (PFL-SP).

A proposta muda o texto do artigo 143 da Constituição, que trata do serviço militar. Se a emenda for aprovada pelos deputados, este será o texto do artigo:

“Art. 143. O serviço militar é obrigatório nos termos da lei.

§ 1º As mulheres e os eclesásticos são isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

§ 2º A lei disporá sobre a prestação de serviço civil obrigatório para os isentos e excedentes do serviço militar obrigatório ou dispensados de incorporação a ele, e para aqueles que, em tempo de paz, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção política, para se eximir de atividade de caráter essencialmente militar.”



Por unanimidade, o plenário tomou a decisão em favor do serviço civil obrigatório

Moradia como direito social segue agora para a Câmara



Mauro Miranda

A proposta de emenda constitucional que inclui a moradia entre os direitos sociais foi aprovada, também em segundo turno e por unanimidade, pelo plenário do Senado. A emenda, de autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), segue agora para a Câmara dos Deputados.

Com a alteração constitucional, as prefeituras e os governos estaduais e o federal ficarão obrigados a definir recursos permanentes para a construção de habitações populares.

agora a moradia.

Para o senador, essa mudança é o ponto de partida para reduzir o déficit “não contestado de 6 milhões de casas no Brasil”. “Ou colocamos a moradia como prio-

ridade, para ajudar a resolver o problema habitacional a médio prazo, ou teremos de conviver com a favelização da periferia das grandes cidades e todas as consequências disso”, afirmou.

Mauro Miranda tem defendido, no Senado, que seja recriado o Ministério da Habitação, destinado a unificar os esforços federais, estaduais e municipais na construção de casas para os pobres.

A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), o qual lembrou que a Conferência Habitat II, realizada pela ONU em junho de 96 na Turquia, discutiu longamente o assunto.

Para o senador, essa mudança é o ponto de partida para reduzir o déficit “não contestado de 6 milhões de casas no Brasil”. “Ou colocamos a moradia como prio-

ridade, para ajudar a resolver o problema habitacional a médio prazo, ou teremos de conviver com a favelização da periferia das grandes cidades e todas as consequências disso”, afirmou.

Mauro Miranda tem defendido, no Senado, que seja recriado o Ministério da Habitação, destinado a unificar os esforços federais, estaduais e municipais na construção de casas para os pobres.

A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), o qual lembrou que a Conferência Habitat II, realizada pela ONU em junho de 96 na Turquia, discutiu longamente o assunto.

Plenário concorda com indicação de embaixadores

O plenário do Senado aprovou ontem parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em favor da aprovação de três diplomatas para assumir embaixadas no exterior. A deliberação agora será comunicada ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Foram aprovados os nomes de Stélio Marcos Amarante, para a Bolívia; de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, para o Senegal; e de Joaquim Augusto Whitaker Salles, para o Quênia. Houve apenas um voto contra as nomeações.

Na mesma sessão, o plenário decidiu retirar da Ordem do Dia e transferir para votação no próximo dia 3 os requerimentos referentes à criação de uma comissão especial temporária para verificar os efeitos da seca, inspecionar a distribuição de cestas básicas e acompanhar as ações emergenciais do governo federal nas áreas atingidas. Os autores dos requerimentos são Djalma Falcão (PMDB-AL), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Sérgio Machado (PSDB-CE).

Petroleiros poderão ser anistiados de multa por manter greve em 1995

Se depender do Senado, os sindicatos e a Federação Única dos Petroleiros (FUP) não terão de pagar as multas de R\$ 100 mil por dia de paralisação aplicadas pelo Tribunal Superior do Trabalho durante a greve de abril e maio de 1995 — que ficou conhecida como a “greve do gás” porque o combustível foi racionado em várias capitais do país.

Os senadores aprovaram ontem substitutivo que o senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou a projeto do senador José

Eduardo Dutra (PT-SE) anistiando as multas. Para entrar em vigor, o projeto ainda terá de ser aprovado pelos deputados. O projeto original de Dutra anistiava sindicatos em geral, mas o substitutivo limitou a anistia às entidades ligadas à área petrolífera.

José Eduardo Dutra sustenta em sua justificativa que as multas aplicadas pelo TST inviabilizam a manutenção dos sindicatos, os quais foram multados por não terem determinado o retorno ao trabalho depois que o TST conside-

rou a greve abusiva.

Já o relator, Roberto Requião, recomendou a anistia porque a greve foi resultado da falta de cumprimento de um acordo feito entre a Petrobras e a Federação Única dos Petroleiros, com o apoio do então presidente da República, Itamar Franco. Requião afirma nas considerações que acompanham o substitutivo que o TST fixou a multa em R\$ 100 mil por dia de greve de cada sindicato, valor idêntico ao pedido feito pela Petrobras.

Proposta de Eptácio Cafeteira, com substitutivo de Esperidião Amin, evita que irregularidades cometidas em nível municipal ou estadual levem até a cassação de registro nacional da legenda

Comissão restringe punições a partidos

Projeto do senador Eptácio Cafeteira (PPB-MA) que evita a punição dos partidos políticos por irregularidades cometidas por diretório municipal ou regional foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A legislação partidária foi emendada para acabar com a ameaça de que os partidos possam ter até o seu registro nacional e estatuto cassados pelo Tribunal Superior Eleitoral. Hoje, a lei determina que, caso um diretório partidário de estado ou cidade não submeta sua prestação de contas, os repasses do Fundo Partidário podem ser suspensos.

Segundo o relator, senador Es-

peridião Amin (PPB-SC), o poder da Justiça Eleitoral na aplicação de punição aos partidos é excessivo. O substitutivo apresentado por Amin restringe a pena a quem cometer a infração. "A proposta que submeto é fruto da colaboração de diversos partidos, inclusive do PT", revelou Amin.

NOME ELEITORAL

A CCJ aprovou, também, projeto do deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) que permite a mudança no prenome da pessoa, que pode ser substituído por apelidos públicos notórios. Relatada pelo senador Eptácio Cafeteira, a proposta beneficia políticos que não são conhecidos por seus nomes oficiais.

O próprio Cafeteira teve que mudar seu nome quando concor-



Cafeteira: pena limitada ao infrator

reu à prefeitura de sua cidade. Todos o conheciam pelo nome de Cafeteira, porém seu nome registrado em certidão é Eptácio Afonso Pereira. O mesmo aconteceu com o senador José Sarney

(PMDB-AP), o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) e o candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva.

— A imutabilidade do prenome não pode ultrapassar a individualidade da pessoa no meio social, sob pena de a lei não atender à mutação dos costumes — justificou Cafeteira. O senador citou ainda artistas e esportistas que podem pretender ser conhecidos simplesmente por seus apelidos. O projeto altera a lei que dispõe sobre os registros públicos, de 1973.

Os projetos aprovados em caráter terminativo por comissão podem ir diretamente ao exame da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação da matéria pelo plenário do Senado.

Acolhidas indicações para o TST

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu ontem, em votação secreta unânime, as indicações dos juízes Carlos Alberto Reis de Paula, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Minas Gerais, e Gelson de Azevedo, do TRT gaúcho, para vagas de ministros togados do Tribunal Superior do Trabalho. A decisão final cabe ao plenário do Senado.

Sabatinações pelos membros da comissão, os dois juízes revelaram-se favoráveis à extinção da representação classista na Justiça do Trabalho. A participação de representantes de trabalhadores e empresários poderia ser limitada, segundo os indicados para o

TST, à primeira instância e, ainda assim, deveria ser revista. Para Gelson de Azevedo, a manutenção da representação classista remunerada apenas para conciliação é um grande desperdício para a sociedade. "Considero a presença do juiz classista absolutamente dispensável", afirmou Reis de Paula. O senador Francelino Pereira (PFL-MG) relatou a indicação de Reis de Paula, assegurando que se trata de pessoa "idônea e correta, apta a representar a cultura de Minas Gerais no TST". "Estarei com olhos atentos e sensível aos problemas da sociedade, sem permanecer enclausurado às leis", declarou o juiz mineiro. Os senadores do PMDB do Rio Grande do Sul, Pedro Simon e José Fogaça, apoiaram a indicação de Gelson de Azevedo ao TST. "Tenho a convicção de que será não só um grande ministro, mas também um grande intelectual, especialmente nesta hora em que buscamos saber qual o real diálogo entre trabalho e capital", afirmou Simon, relator da indicação. O presidente do TST, ministro Ermes Pedro Pedrassani, assistiu à reunião da CCJ. A apreciação das indicações de nomes para cargos de ministros dos tribunais superiores do país é competência privativa do Senado.

CCJ aprova carreira de tecnologia militar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem parecer favorável a projeto oriundo da Câmara que institui a carreira de tecnologia militar nas Forças Armadas e a gratificação de desempenho pela atividade. De acordo com o que estabelece o projeto, serão criados 525 cargos de engenheiro de tecnologia militar e outros 225 cargos de analista nesse ramo: os profissionais deverão atuar nas áreas de projetos, construção e reparo naval.

Também foi aprovado parecer favorável a projeto da Câmara que cria a carreira de policial rodoviário federal. Conforme o relator, o patrulhamento das rodovias federais vem sendo exercido pelos ocupantes de cargos de patrulheiros rodoviários federais. Na nova carreira, os profissionais serão lotados no quadro de pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça. Ficam estabelecidas quatro gratificações para o policial rodoviário, que levam em conta riscos e desgastes físicos e mentais sofridos no desempenho da função.

Os projetos foram relatados pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) e serão agora examinados pelo plenário.



Tuma deu parecer favorável

SERVIDORES

Em sua reunião de ontem, a CCJ aprovou também substitutivo apresentado por Romeu Tuma a proposta de emenda constitucional originária da Câmara que dispõe sobre a situação funcional dos servidores de empresas públicas federais que prestam serviços há mais de dez anos à administração direta, autarquias e fundações da União.

Pelo substitutivo, os servidores nessa situação, e que tiveram estabilidade assegurada pela Constituição de 88, poderão optar pelo cargo que exercem efetivamente ou por um outro assemelhado existente no quadro de carreira. A proposta vai ao plenário, para discussão em primeiro turno.



Presidente do Senado recebeu o ministro Mauro César Pereira

Marinha pede a ACM votação rápida do projeto

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem em audiência o ministro da Marinha, Mauro César Rodrigues Pereira, que pediu apoio para uma rápida apreciação, pelos parlamentares, do projeto que cria a carreira de tecnologia militar no âmbito das Forças Armadas. Pela proposta, são criados 750 cargos na nova carreira, com lotação no Ministério da Marinha, beneficiando os engenheiros daquela Arma, que passarão a ter uma gratificação específica pela atividade de tecnologia militar.

O projeto, de iniciativa do Executivo, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e recebeu, na terça-feira, parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Ontem, pouco antes de o ministro ser recebido por Antonio Carlos, o pro-

jeto foi aprovado também pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A proposta tem pedido de urgência para inclusão na Ordem do Dia do Senado e, dependendo de decisão da Mesa, já poderá ser apreciada pelo plenário na próxima semana.

De acordo com o ministro da Marinha, o presidente do Senado prometeu "fazer o que estiver ao seu alcance para uma rápida votação do projeto na Casa". A carreira de técnico de nível superior, especializado em tecnologia militar, será composta exclusivamente por servidores civis e procura responder à necessidade de capacitação tecnológica para a manutenção e renovação dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros da Marinha brasileira, segundo a exposição de motivos encaminhada ao presidente da República pelos ministros da Marinha e da Administração Federal (Luiz Carlos Bresser Pereira).

Os maiores vencimentos em cada Poder deverão ser no máximo 20 vezes superiores aos menores, segundo proposta do senador Pedro Simon aprovada por unanimidade e em caráter terminativo pela comissão

CCJ limita diferença entre salários de servidores

A diferença entre o teto e o piso salariais dos servidores públicos federais, no âmbito de cada Poder, só poderá ser de, no máximo, vinte vezes, de acordo com substitutivo a projeto de lei do Senado, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS). A matéria teve o parecer do relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), aprovado ontem, por unanimidade e em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Caso não haja pedido para que o projeto vá ao plenário, ele será enviado à Câmara.

Pelo projeto de Simon, a remuneração mensal dos servidores da administração pública direta, autarquias e fundações de qualquer dos poderes da União, terá como limite máximo,

no âmbito de cada Poder, 90% dos valores percebidos como remuneração no mesmo período, em espécie, a qual quer título. A relação entre o maior e o menor valor da remuneração não poderá ser superior a 20 vezes.

As autoridades dos três Poderes, de acordo com a proposta, deverão tomar as providências necessárias para adotar a medida no prazo máximo de cinco anos. Durante a discussão do parecer, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) quis saber se o proje-



O projeto aprovado seguirá para a Câmara se não houver pedido para apreciação em plenário

to não colide com a reforma administrativa aprovada no Congresso e também sobre a questão da isonomia.

O senador José Fogaça (PMDB-RS), que leu o parecer sobre a matéria, disse que o projeto não trata, na verdade, de isonomia, mas pre-

tende diminuir a diferença salarial existente entre servidores de um mesmo Poder. Pedro Simon acrescentou que o projeto tem por objetivo propiciar mais justiça social, acabando com a disparidade entre baixos e altos salários no serviço público.

Aeroporto poderá ter o nome de Luís Eduardo

O aeroporto da capital da Bahia poderá passar a chamar-se Aeroporto Internacional de Salvador Deputado Luís Eduardo Magalhães. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) acolheu ontem parecer favorável a projeto nesse sentido de autoria do deputado Aroldo Cedraz, que pretende dessa forma homenagear o parlamentar falecido no dia 21 de abril. O projeto, relatado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), será agora examinado pelo plenário.

Ao comunicar a decisão ao plenário, o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ressaltou a justiça da homenagem. O projeto veio da Câmara, onde também foi aprovado por unanimidade.

Para Cabral, o Congresso não quis homenagear seu presidente, Antonio Carlos Magalhães, mas reconhecer o mérito de um jovem que soube galgar com rapidez todos os degraus da escada política de um deputado, chegando a exercer o cargo de presidente da Câmara. "Isso deve servir de incentivo aos jovens que receiam abraçar a carreira política por causa da imagem negativa dos políticos na sociedade brasileira", destacou.



Cabral: justa homenagem

Em aparte, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) afirmou que tudo que se faça em nome da Bahia para homenagear Luís Eduardo é pouco, diante de seus méritos. O senador Esperidião Amin (PPB-SC) ressaltou sua certeza de que a iniciativa será transformada em lei rapidamente.

No final da Ordem do Dia, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) solicitou que, em virtude do caráter póstumo da homenagem, o projeto entrasse na Ordem do Dia de hoje. O presidente do Senado disse que não haveria problema caso houvesse consenso entre os líderes, o que foi obtido. A matéria, então, vai a votação amanhã.

Proposta estimula a doação de alimentos

A CCJ aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que isenta de qualquer responsabilidade civil ou criminal os doadores de alimentos que possam causar a morte de quem venha a consumi-los. Para o senador, a pessoa que pratica uma boa ação não pode ser considerada culpada por problemas que possam ocorrer após a doação.

O projeto torna-se ainda mais apropriado neste momento, para amparar pessoas e empresários que queiram fazer doações para as vítimas da seca no Nordeste - afirmou o senador cearense, com o apoio do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

O relator da proposta, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), acredita que o projeto objetiva facilitar a doação de alimentos em favor de pessoas que passam fome. "A legislação atual pode não afastar o receio do doador de que sua liberalidade possa se transformar em fonte de aborrecimentos", disse Valadares.

Alcântara disse ter buscado inspiração para seu projeto na legislação americana. "Não se elimina a responsabilidade do doador no caso de doações que,



Alcântara: bom momento

dolosamente ou por negligência do doador, causem danos ou morte nem de quem descumpra normas de fabricação, processamento, preparo, manuseio, conservação, estoque ou transporte dos alimentos", esclareceu Valadares.

GASODUTO

A CCJ também aprovou, em caráter terminativo, projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que autoriza o governo federal a elaborar projeto técnico de construção de gasoduto integrando a Argentina ao Rio Grande do Sul. "O gasoduto poderá interligar as redes de gás da Bolívia, da Argentina e do Brasil", afirmou Simon. O relator do projeto, senador Esperidião Amin (PPB-SC), considera o projeto significativo na aproximação dos países da América Latina. Apenas o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) absteve-se da votação por se tratar de projeto autorizativo.

Outro projeto aprovado durante a reunião da comissão obriga as concessionárias de serviços públicos a oferecer ao usuário opções de datas de vencimento de suas contas. A proposta, relatada por Simon, é de autoria da deputada Vanessa Felippe (PSDB-RJ).

Piva pode manter atividades privadas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Esperidião Amin que considera compatíveis com a atividade parlamentar as funções exercidas pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP) na iniciativa privada. O parecer foi feito sobre consulta enviada à Mesa do Senado pelo próprio Pedro Piva, atual presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O relator considerou compatível com a atividade parlamentar o trabalho de Pedro Piva como membro dos conselhos de administração das empresas Klabin de Papel e Celulose Sociedade Anônima e suas subsidiárias, da Fundação Zerbini - Instituto do Coração (Incor), do Museu de Arte Moderna (MAM), do Museu de Arte de São Paulo (Masp), do Instituto de Estudos Avançados para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e do Museu Brasileiro de Escultura (Mube).

De acordo com o relator, essas atividades não ferem as regras previstas no artigo nº 54 da Constituição, que trata das atividades incompatíveis com o mandato parlamentar, porque as empresas em questão não são beneficiárias de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público. Não há, portanto, segundo Esperidião Amin, possibilidade de favorecimento e privilégio para o parlamentar devido às suas funções.



Piva encaminhou consulta

Coutinho destaca integração cultural dos países latinos

Na abertura do IV Encontro de Legisladores do Parlamento Cultural do Mercosul (Parcum), o senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) afirmou ontem que a integração cultural é pré-requisito para que haja a integração política e econômica dos países da região. Como representante do presidente do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), o senador destacou a assinatura de convênio entre essa entidade e o Parcum, um dos itens da agenda do encontro, que se encerrará hoje.

Conforme Coutinho Jorge, o convênio destinado a promover a integração da educação e da cultura dos países latino-americanos contará com a participa-



Coutinho: convênio elogiado

Regulamento é aprovado

O Parlamento Cultural do Mercosul (Parcum) aprovou ontem à tarde o regulamento da entidade internacional, com as normas que deverão pautar a integração do mercado comum na área da cultura. Foi aprovado ainda no encontro acordo de cooperação entre o Parlamento Latino-Americano (Parlatino) e o Parcum, que objetiva consultar e intercambiar a informação e documentação necessárias à corporação e às atividades conjuntas.

Na opinião do presidente da Comissão de Educação do Senado, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que participou da última reunião do Parcum em Buenos Aires, o movimento cultural latino-americano no âmbito do Mercosul tem como vertentes a unificação de direitos relativos à cultura no Cone Sul e a integração da indústria cultural.

Nesse particular, segundo entende, o que se propõe é que

ção da Unesco e com recursos do Bird. O encontro teve o apoio da Comissão de Educação do Senado e da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados (Cect), onde está se realizando.

O Brasil, de acordo com o presidente da Cect, deputado José Jorge, é que mais tem a lucrar com a realização do evento. Para ele, não há outro caminho senão o da aproximação cada vez maior entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, assim como dos demais países sul-americanos.

— Não devemos esquecer que a hegemonia do aprendizado da língua inglesa vem cedendo porque no Brasil cresce o número de estudantes das escolas públicas que estão aprendendo espanhol, enquanto nos demais países vai aumentando o interesse pelo português — afirmou.

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS), como representante do presidente da Comissão de Educação do Senado, defendeu a importância do aprimoramento educacional e a valorização da cultura como pré-condição "para as nações avançarem realizando as transformações necessárias na busca da justiça e do desenvolvimento dos seus povos".

os produtos culturais dos países-membros tenham trânsito sem barreiras protecionistas, "como se houvesse um só país", enfatiza.

Para o senador, problemas relacionados a direitos autorais têm constituído a maior dificuldade para a difusão de obras culturais envolvendo diferentes origens, como a negra, a guarani, a portenha e outras. "É preciso que se regulamente tal atividade sem que haja risco de "perda de identidade cultural", defende.

O Regulamento Interno do Parcum, que terá sua redação final apresentada hoje, último dia do encontro, aprovou a modalidade de eleição para a sua presidência e demais cargos, com a alternância entre os países-membros do Mercosul em mandatos de dois anos. Haverá uma comissão executiva composta por um presidente, dois vices e oito vogais, que terão direito a ocupar tais cargos durante seus mandatos legislativos.

Senador elogia medidas anunciadas pelo governo mas acha que máquina administrativa federal precisa ser mais ágil

Suassuna diz que ações contra seca são tardias

A máquina administrativa federal precisa ser mais ágil nas ações de combate à seca no Nordeste, afirmou ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele elogiou as medidas anunciadas pelo governo, lamentando, no entanto, que só tenham sido tomadas depois de o problema ter atingido contornos de calamidade pública.

— O governo anunciou a criação de frentes de trabalho, a distribuição de alimentos pelo Exército e a ajuda financeira às regiões mais atingidas. Só que já faz 96 dias que eu vim ao Senado para alertar sobre a gravidade da situação — observou o senador paraibano.

Segundo Ney Suassuna, o quadro não é tão drástico na Paraíba devido ao empenho do governo do estado, que tem gasto R\$ 10 milhões por mês no combate à seca. De acor-



Suassuna: quase guerra civil

do com Suassuna, a Paraíba já emprega 88 mil pessoas em frentes de trabalho. "Se não fizessemos isso, estaríamos vivendo uma guerra civil", lamentou.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) também criticou a lentidão do governo no combate à seca. Ape-

sar de apoiar o presidente Fernando Henrique Cardoso, Lobão concordou "que o governo falhou neste ponto, pois a seca já era anunciada há mais de um ano".

O senador Lauro Campos (PT-DF) elogiou os esforços do senador Suassuna no sentido de chamar a atenção das autoridades para o problema. Segundo ele, só agora os apelos do senador paraibano sensibilizaram a Presidência da República. "A fome é suprapartidária e solidariedade humana não é demagogia", afirmou.

Ney Suassuna defendeu ainda a adoção de medidas estruturais que resolvam definitivamente o problema da seca. O senador Djalma Bessa (PFL-BA) também acredita que a questão mereça propostas mais aprofundadas.

Jonas elogia projeto para o setor leiteiro

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) elogiou ontem o Projeto de Revitalização do Setor Leiteiro Brasileiro, apresentado como conclusão da audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados. A audiência, sobre o tema "SOS Leite - Etapa Nacional", contou com presença de técnicos, produtores rurais e entidades do setor.

Segundo o senador, o projeto faz uma análise em profundidade

sobre a situação do setor leiteiro brasileiro. Propõe um conjunto de medidas e diretrizes para dinamizar a produção de leite no país, possibilitando o aproveitamento "do enorme potencial produtivo existente", além de aumentar a competitividade do leite brasileiro e ampliar as oportunidades de trabalho existentes.

Jonas pediu aos senadores atenção especial ao projeto, apoio para a implementação das medidas sugeridas e, consequente-



Jonas ressalta potencial

mente, para a valorização do setor leiteiro, aumentando o nível de emprego na atividade e assegurando maior renda no campo.

Bezerra critica antecipação de receita para governo de MT

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) protestou ontem contra a antecipação de receita, para o governo de Mato Grosso, feita pela empresa de telecomunicações estadual, a Telemat. Segundo ele, a Telemat é proibida de fazer antecipação de receita por não ser uma empresa financeira.

O senador observou que fazia uma denúncia sobre o uso da máquina pública para viabilizar a reeleição do governador do PSDB, Dante de Oliveira. Segundo Carlos Bezerra, o empréstimo, de R\$ 30 milhões, vence este mês, mas o governo estadual conseguiu uma prorrogação para depois das eleições. O senador disse que uma liminar da Justiça evitou o adiamento do pagamento.



Bezerra denuncia manobra

Carlos Bezerra afirmou também que o governador pediu novo empréstimo, de R\$ 31 milhões, lembrando que, no pedido enviado, Dante de Oliveira, "por sua

inexperiência", refere-se ao empréstimo como "entendimento feito anteriormente em Brasília".

— O último entendimento foi feito com o ex-ministro (das Comunicações) Sérgio Motta, quando o governador chegou candidato a deputado federal e saiu candidato à reeleição — disse Carlos Bezerra.

O senador afirmou que o governo de Mato Grosso gasta R\$ 6 milhões com divulgação e apenas R\$ 4 milhões com a saúde pública, "para conseguir a qualquer preço a reeleição". Bezerra informou que ele e os outros dois senadores do estado, Jonas Pinheiro e Júlio Campos (ambos do PFL), protestaram contra a antecipação de receita junto ao ministério.

A queda do presidente Fernando Henrique Cardoso nas intenções de voto registradas no Rio Grande do Sul é apontada pela senadora como sinal de descontentamento da sociedade gaúcha com a política econômica

Emília vê pesquisa como resposta ao governo

Lobão faz análise positiva da economia

O senador Edson Lobão (PFL-MA) fez ontem uma análise positiva dos rumos da economia brasileira, observando que o atual nível de endividamento externo do país não oferece riscos à estabilidade econômica. Segundo Lobão, o aumento de 32% na dívida externa nos últimos quatro anos decorre em grande parte da acumulação de reservas internacionais do Brasil, reflexo positivo da política de atração de capitais externos implementada pelo Plano Real. Para Lobão, prova do equilíbrio do endividamento externo é o fato de seu aumento ter sido menor que

o das exportações brasileiras: 32% contra 37%.

Por outro lado, Lobão considera preocupantes os níveis de endividamento interno. Ele apresentou números que indicam um aumento de 264% na emissão de títulos federais nos últimos quatro anos.

— A dívida interna quase quadruplicou durante a vigência do Plano Real. É preciso total atenção aos fatores que estão pressionando esse endividamento, para que ele possa ser enfrentado. E esses fatores são: a entrada de recursos do exterior, as altas taxas de juros internos e o déficit público — observou.

As pesquisas eleitorais no Rio Grande do Sul, que apontam queda nas intenções de voto do presidente Fernando Henrique Cardoso, são uma resposta da sociedade à política econômica do governo federal, avaliou ontem a senadora Emília Fernandes (PDT-RS). Ela comentou o aumento do índice de desemprego entre os jovens, que atingiu 14,46% — quase três vezes o nível registra-

do entre os chefes de família.

— Tais números são resultado da política praticada pelo governo federal e reproduzida pelo governo estadual, que promove o desmonte do Estado, a abertura indiscriminada aos produtos estrangeiros, as mais altas taxas



Emília critica FHC

brasileira, o que significaria aumento no desemprego. A senadora vê

um elemento explosivo na situação, na medida em que o país está gerando angústia a milhões de jovens, que não conseguem inserção no mercado de trabalho.

A queda na popularidade do presidente é, para a senadora gaúcha, consequência direta da frustração do povo gaúcho, que depositou esperanças no governo de Fernando Henrique.

Quintanilha alerta para desobediência civil

Ao alertar que o país se aproxima do caos, com saques a supermercados e invasões de propriedades rurais se generalizando, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) conclamou os governos federal e estaduais a combater as causas dessa situação — fome e fracasso da reforma agrária —, bem como a reprimir, com firmeza, esses ilícitos penais, antes que saiam da



Quintanilha: perto do caos

esfera rural e cheguem às cidades.

— O Brasil já vive uma situação de desobediência civil onde invasões de terra — antes pacíficas — agora estão violentas, com ameaça aos proprietários, expulsão de trabalhadores rurais e depredação de benfeitorias. Ninguém vai duvidar da fome, em função da seca no Nordeste. É preciso atendê-los com urgência. Mas isso não jus-

tifica seqüestro de caminhões para trocar por alimentos, nem tampouco saques a supermercados e lojas de pessoas sem culpa da situação alarmante dos flagelados — destacou.

Leomar alertou para o fato de que uma sociedade passa facilmente da desobediência civil para o conflito entre irmãos. “As reivindicações dos sem-terra e dos com-fome, ainda que justas, não podem justificar o clima de intransigência que está se disseminando no país, assustando brasileiros honestos que ga-

nam sua vida com trabalho diário”, enfatizou.

Para o senador pelo Tocantins, se houvesse uma política agrícola adequada, terra não faltaria para quem quisesse plantar nesses 8,5 milhões de quilômetros quadrados. “O que está faltando é direcionamento político para efetivar uma reforma agrária justa que crie oportunidades para todos os interessados num pedaço de chão para plantar e ganhar seu sustento”, afirmou.

Júnia recebe comitiva do Jequitinhonha

Depois de defender a aprovação pelo Congresso Nacional do projeto que inclui 56 municípios do Vale do Jequitinhonha na área de atuação da Sudene, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) recebeu ontem, no Salão Negro do Congresso Nacional, 107 lideranças comunitárias da região.

Os líderes agradeceram à senadora a criação do projeto, já aprovado pelo Congresso, e que depois de sancionado permitirá a estes municípios mineiros, além de 27 outros do norte do Espírito Santo, receberem incentivos fiscais e outros



Os líderes comunitários pediram medidas urgentes de combate à seca

benefícios da Sudene. Entre eles, um programa que destina recursos para a construção de represas, açudes e perfuração de poços.

Os representantes mineiros apresentaram documento em que pedem medidas urgentes para o combate à seca na região.

Gandulas visitam Senado

O Senado recebeu ontem pela manhã a visita de 26 meninos, entre 11 e 16 anos de idade, que serão gandulas e mascotes em jogos da Copa do Mundo na França e que participarão de jogos preliminares de futebol juvenil.

As crianças foram sorteadas através de uma promoção patrocinada por um fabricante de refrigerantes em conjunto com o programa de combate à evasão escolar “Toda Criança na Escola”.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) sobre a exposição de pinturas “Deuses Vivos da África no Brasil”

8h - Debate com o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) e o deputado federal Paulo Lustosa (PMDB-CE) sobre a Fundação Pedroso Horta

9h30 - Entrevista com o senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) sobre a exposição de pinturas “Deuses vivos da África no Brasil”

10h - Sessão plenária deliberativa (vivo) - terceiro dia de discussão da proposta que trata da imunidade parlamentar

12h15 - Entrevista com o senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) sobre a exposição de pinturas “Deuses vivos da África no Brasil”

13h15 - Debate com o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) e o deputado federal Paulo Lustosa (PMDB-CE) sobre a Fun-

dação Pedroso Horta

14h30 - Sessão plenária (reapresentação)

18h45 - Entrevista com o senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) sobre a exposição de pinturas “Deuses vivos da África no Brasil”

19h30 - Debate com o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) e o deputado federal Paulo Lustosa (PMDB-CE) sobre a Fundação Pedroso Horta

20h30 - Telejornal “Congresso Hoje”

20h40 - “Senado em Pauta”

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal “Congresso Hoje”

0h40 - “Senado em Pauta”

1h - “Sete Dias na Política”

2h - “Jornal da Amazônia”

2h15 - “Senado em Pauta”

2h30 - “Fala Cidadão”

6h30 - Telejornal “Congresso Hoje”

6h40 - “Senado em Pauta”

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa “Fala Cidadão”.

RÁDIO SENADO

7h30 - “Jornal do Senado” (1ª edição)

9h45 - “Plenário em Revista”

10h - Sessão plenária

13h30 - “Jornal do Senado” (2ª edição)

15h - Retransmissão da sessão plenária

19h - “A Voz do Brasil”

22h30 - “Jornal do Senado” (3ª edição)

22h40 - Música e informação até às 7h30

Por unanimidade, o Senado reconduz ao cargo o atual presidente do Cade e referenda indicações de quatro conselheiros para o órgão do Ministério da Justiça

Plenário aprova nomes para o Conselho de Defesa Econômica

O plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade, os nomes de cinco integrantes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão do Ministério da Justiça. Relatadas pelo senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), as mensagens já haviam sido aprovadas na Comissão de Assuntos Econômicos. A decisão do

plenário será agora comunicada ao presidente da República.

Gesner José Oliveira Filho foi reconduzido ao cargo de presidente do conselho. Também foram aprovados os nomes dos seguintes conselheiros: Mércio Felsky, Ruy Afonso de Santacruz Lima, Marcelo Procópio e Lúcia Helena Salgado e Silva.

Antes da votação, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou o trabalho realizado nos últimos anos por esse órgão de defesa econômica, prenunciando um excelente desempenho para essa nova gestão. "Um país como o Brasil tem que ter um órgão como o Cade para defender a livre iniciativa", disse ele.

Atribuições incluem combater os cartéis

A aprovação prévia dos conselheiros do Cade é competência privativa do Senado, assegurada pela Constituição federal, que atribui ainda à Casa o poder de aprovar magistrados, ministros do Tribunal de Contas da União, presidente e diretores do Banco Central, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União.

Só depois dessa aprovação, por voto secreto e após arguição pública, o presidente da Re-

pública pode nomear os indicados para esses cargos. O Cade é integrado por cidadãos com mais de 30 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico ou econômico e reputação ilibada. Sua função é decidir sobre a existência de infração à ordem econômica, como fraude, dumping e cartel, aplicando as penalidades previstas em lei.

A Constituição também fixa como atribuições privativas do Senado, entre outras, as seguin-

tes: processar e julgar o presidente e o vice-presidente da República, os ministros do Supremo Tribunal Federal, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União, nos crimes de responsabilidade; aprovar a escolha de embaixadores; autorizar operações financeiras externas da União, estados, Distrito Federal e municípios; e dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

Arruda pede que Congresso se oponha ao embargo a Cuba

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, defendeu ontem o fim do embargo econômico a Cuba e a imediata reintegração daquele país na comunidade americana e respectivas instituições. Alinhando-se à diplomacia brasileira, que também defende o fim do embargo imposto pelo governo norte-americano, Arruda pediu que o Congresso Nacional endosse a posição brasileira até como forma de ajudar o retorno do regime democrático à ilha.

Segundo Arruda, a suspensão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), ocorrida em 1962, provocou limitações nas relações dos países americanos com a ilha em todos os campos (político, cultural, social e econômico).

Para Arruda, no entanto, a lei Helms-Burton, sancionada pelos EUA em 1996, que impõe retaliações aos países ou às empresas que investem em Cuba, representou uma intensificação do embargo comercial. "Qual a origem de tamanha discriminação imposta a um país ir-



Arruda: sinais de democracia "mão?", perguntou.

Segundo o senador, os argumentos se referem a razões de segurança e à inexistência de democracia política em Cuba. No entanto, ressaltou, o presidente Fidel Castro tem se comprometido com a democracia: ao assinar a declaração da VI Cúpula Ibero-Americana, realizada no Chile; com a visita do Papa João Paulo II a Cuba, quando manifestou sua solidariedade apelando em favor de mudanças na política norte-americana; e contra a manutenção de prisioneiros políticos.

Recentemente, diante de mais de 2.550 representantes de 75 paí-

ses reunidos em Havana para participar do Encontro de Solidariedade Entre Mulheres, Fidel Castro declarou que, passados quase 40 anos da Revolução de 1959, o momento histórico atual não admite a ruptura violenta como alternativa para a conquista dos objetivos socialistas. Argumentou que as eleições e, portanto, a democracia, constituem o caminho para o socialismo, mas manifestou sua preocupação quanto à necessidade de enfrentamento objetivo das ameaças da globalização — disse o senador.

Arruda citou a II Cúpula das Américas, quando 34 países discutiram as condicionantes para a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). "As representações ali presentes eram exatamente aquelas que compõem a OEA, que tem debatido com intensidade o problema da suspensão de Cuba. Não causou surpresa o fato de que um dos principais assuntos abordados tenha sido justamente o da participação da ilha na comunidade americana", disse.



Odacir: fórmula em ascensão

Odacir vê boa solução no crédito cooperativo

Ao registrar a inauguração da sede da Cooperativa de Crédito Rural da Região de Ouro Preto do Oeste (Ourocredi), o senador Odacir Soares (PTB-RO) disse que no Brasil, atualmente, esta modalidade de crédito cooperativo é a que apresenta maior dinamismo, principalmente junto a funcionários públicos e a associações de trabalho médico.

Hoje existem funcionando 563 cooperativas singulares e oito centrais reunidas em torno da sua confederação, a Confederação, e, juntas, associam mais de 10 milhões de pessoas, atingindo com seus benefícios mais de 2 milhões de brasileiros — calculou Odacir, estimando que estes números triplicarão nos próximos dois anos.

Na opinião de Odacir, as cooperativas de crédito funcionam como verdadeiros bancos populares, com a vantagem de que os associados podem usufruir de benefícios adicionais. "O cooperado é o dono da empresa, que, além de brindá-lo com toda a gama de produtos e serviços financeiros, propicia-lhe empréstimos a juros inferiores ao do mercado tradicional e com rendimentos maiores", explicou.

ESTÍMULO

Odacir entende que as cooperativas de crédito se apresentam com perspectivas promissoras dentro do mercado financeiro. Para ele, a internacionalização da economia deverá atingir com mais força os bancos brasileiros, forçando a diminuição das taxas de juros e de serviços.

Outro destaque dado por Odacir em seu pronunciamento foi o estímulo que o governo de Rondônia vem oferecendo à criação de cooperativas de crédito no estado. O senador informou que até o momento foram criadas e já estão instaladas cooperativas em Porto Velho, Uruará, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno, Alto Alegre dos Parecís e Ji-Paraná.



Dutra criticou alteração

Dutra diz que projeto trazia uma "injustiça"

Ao justificar sua abstenção em requerimento de urgência para o projeto que cria a carreira de ciência e tecnologia nas Forças Armadas, o senador José Eduard Dutra (PT-SE) disse, ontem que esse projeto trazia uma injustiça. Segundo ele, ao sair do Ministério da Marinha, o projeto contemplava gratificação para os servidores de nível médio daquele órgão.

A Marinha, assim, seguia a diretriz indicada pelo Congresso Nacional, que aprovou projeto de lei de conversão da medida provisória enviada pelo governo. A medida provisória criava a gratificação para os servidores de nível superior na área de Ciência e Tecnologia, e o Congresso, ao aprovar o projeto de lei de conversão, estendeu a gratificação aos servidores de nível médio.

O senador afirmou que, ao chegar ao Ministério da Administração, a gratificação aos servidores de nível médio foi vetada.

— O governo deveria enviar um projeto de lei em urgência constitucional para corrigir a profunda injustiça com seus servidores de nível médio da Marinha, que estão tendo tratamento diferenciado dos servidores civis — afirmou Dutra. O senador disse que votaria a favor do projeto, mas que se abstinha com relação à urgência, que acabou aprovada.